

ATA DA 314º SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS PRIMEIRA PARTE

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta minutos, na 1 2 Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve 3 início a 314ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução da Vice-Presidente do Conselho Superior, Conselheira Arinda Fernandes. Estiveram presentes os Conselheiros Antonio 4 5 Ezequiel de Araújo Neto, Maria Rosynete de Oliveira Lima, Mauro Faria de Lima e Antônio Marcos Dezan e o Corregedor-Geral do MPDFT, José Valdenor Queiroz Junior, e, por plataforma 6 7 de videoconferência, os Conselheiros Eduardo José Oliveira de Albuquerque, Selma Leite do 8 Nascimento Sauerbronn de Souza e Marta Alves da Silva. Ausentes justificadamente a Presidente 9 do Conselho Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto, e o Conselheiro Maurício Silva Miranda. I – **EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. A.** 231ª Sessão 10 Extraordinária, de 31 de maio de 2022; B. 232ª Sessão Extraordinária, de 13 de junho de 2022; C. 11 12 233ª Sessão Extraordinária, de 13 de junho de 2022; D. 313ª Sessão Ordinária, de 24 de junho de 2022. O Colegiado, à unanimidade, aprovou as referidas atas. 2. COMUNICAÇÕES DA 13 PRESIDÊNCIA. A. Apresentação do cronograma de eleição para composição do Conselho 14 Superior do MPDFT – Biênio 2022/2024, e designação da Comissão Eleitoral para dirigir os 15 trabalhos (art. 163, II e III, da LC 75/93; e Resolução CSMPDFT nº 272/2021). O Colegiado 16 17 aprovou, à unanimidade, o cronograma e a Comissão Eleitoral, integrada pelo Procurador de Justiça Dicken William Lemes Silva, pelos Promotores de Justiça Cândida Marcolina Ferreira de Faria, 18 19 Jefferson Lima Lopes e Leonardo Carneiro Britto, e pela Promotora de Justiça Adjunta Polyanna 20 Silvares de Moraes Dias para, sob a presidência do primeiro e secretariada pela última, dirigir a eleição destinada a formação da lista sêxtupla ao cargo de Desembargador do TJDFT. 3. 21 22 COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO – 23 PDDC. A. Ofício nº 266/2022-PDDC/MPDFT, de 11 de julho de 2022 (Tabularium nº 08191.104394/2022-08), que encaminhou os relatórios de atividades da Procuradoria Distrital e da 24 25 Força-Tarefa para Acompanhamento das Ações de Combate ao Novo Coronavírus no DF, referentes ao mês de junho de 2022. Cientificado o Colegiado. 4. COMUNICAÇÕES DA 26 OUVIDORIA. A. Ofício nº 2650/2022-Ouvidoria, de 7 de julho de 2022 (Tabularium nº 27 08191.103149/2022-75), que encaminhou relatório dos Pedidos de Informação requeridos ao 28 29 MPDFT, relativo ao mês de junho de 2022; **B.** Ofício nº 3041/2022-Ouvidoria, de 6 de julho de 30 2022 (Tabularium n° 08191.103125/2022-16), que encaminhou relatório de atividades da Ouvidoria, relativo ao mês de junho de 2022. Cientificado o Colegiado. 5. COMUNICAÇÕES DA 31 **CORREGEDORIA-GERAL. A.** Relatório Final de Correição: (1) Correição Ordinária da 5ª P.J. 32 Infracional de Defesa da Infância e da Juventude de Samambaia (Promotora de Justiça Natália do 33 34 Carmo Rios Anderáos) – 08191.008014/2022-05; (2) Correição Ordinária da 2ª P.J. Criminal de 35 Planaltina (Promotor de Justiça Rafael Modelli Sabaté) – 08191.032806/2022-92; (3) Correição Ordinária da 4ª P.J. Criminal de Planaltina (Promotora de Justiça Adalgiza Maria Aguiar Hortêncio 36 37 de Medeiros) – 08191.032819/2022-61; (4) Correição Ordinária da 2ª P.J. Especial Criminal e de 38 Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Planaltina (Promotor de 39 Justica Igor Magalhães Gaioso) - 08191.032831/2022-76; (5) Correição Ordinária da 6ª P.J. de 40 Execuções Penais – 08191.032982/2022-24; (6) Correição Ordinária da 7ª P.J. de Execuções Penais 41 - 08191.032986/2022-11; (7) Correição Ordinária da 3ª P.J. de Entorpecentes (Promotor de Justiça 42 Luiz Humberto Alves de Oliveira) - 08191.033621/2022-03; (8) Correição Ordinária da 5ª P.J. 43 Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude -



44 08191.051116/2022-32; (9) Correição Ordinária da 1ª P.J. Infracional da Infância e da Juventude (Promotora de Justiça Cláudia Valéria Pereira de Queiroz Teles) – 08191.051142/2022-61; (10) 45 46 Correição Ordinária da 7ª P.J. Infracional da Infância e da Juventude (Promotor de Justiça Tiago 47 Alves de Figueiredo) – 08191.051182/2022-11. **B.** Decisões que determinaram arquivamento dos seguintes procedimentos: (1) Expediente nº 08191.027691/2022-14; (2) Expediente nº 48 08191.075623/2022-61; (3) Expediente n° 08191.088086/2022-10. C. Decisões que determinaram 49 50 arquivamento de apurações acerca de conduta de membros do MPDFT: (1) Notícia de Fato nº 08191.043561/2022-29; (2) Notícia de Fato nº 08191.052796/2022-10; (3) Notícia de Fato nº 51 52 08191.059928/2022-26; (4) Notícia de Fato nº 08191.070812/2022-48. O Corregedor-Geral do 53 MPDFT fez uso da palavra para prestar breves esclarecimentos. O Conselheiro Antonio Ezequiel de 54 Araujo Neto deixou de se manifestar quanto ao arquivamento do Expediente 55 08191.088086/2022-10. O Colegiado, à unanimidade, aprovou os Relatórios de Correição, bem 56 como homologou as decisões de arquivamento das notícias de fato acima referidas, e tomou ciência em relação aos expedientes, nos termos do art. 2°, inciso VI, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014. 57 A Conselheira Maria Rosynete de Oliveira Lima não conheceu das decisões referidas no Item B, 58 59 por entender que não é atribuição do Conselho Superior homologar expedientes administrativos da Corregedoria-Geral, conforme art. 166 da LC 75/93. **III - ORDEM DO DIA. 1.** A pedido do 60 61 Relator, a Presidente do Conselho Superior em exercício inverteu a pauta e chamou a julgamento o 62 Processo nº 08191.090394/2022-13. Interessado: Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes. Assunto: Requerimento de teletrabalho no período de 3 de setembro a 30 de novembro de 63 2022. Relator: Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto. Discussão: Dispensada a leitura do 64 65 relatório, foi concedida a palavra ao Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes, para sustentação oral. O Conselheiro Antonio Ezequiel de Araujo Neto fez a leitura de voto, no sentido 66 67 do indeferimento do pedido. Seguiu-se amplo debate pelo Colegiado. O Chefe de Gabinete 68 substituto da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira, usou da 69 palavra para prestar esclarecimentos. O Conselheiro Mauro Faria de Lima abriu a divergência pelo deferimento do pedido apresentado pelo Promotor de Justiça interessado. Decisão: O Conselho 70 71 Superior, por maioria, acompanhou a divergência pelo deferimento do requerimento de teletrabalho 72 do Promotor de Justiça Evandro Manoel da Silveira Gomes, no período de 3 de setembro a 30 de 73 novembro de 2022. Vencido o Relator. II - AUDIÊNCIA PÚBLICA. 1. A Presidente inverteu a 74 pauta e chamou a julgamento o Processo nº 08191.083532/2020-38. Interessada: Promotora de 75 Justiça Karina Soares Rocha. Assunto: Afastamento para participar do curso de mestrado "Máster en Derecho Constitucional" oferecido pela Universidade de Sevilha. Título da dissertação: 76 77 Gobermedia e uma reflexão sobre o controle judicial – A virtualidade transformada em realidade: 78 alguns casos brasileiros. Relator: Conselheiro Maurício Silva Miranda. Discussão: Em razão da 79 ausência justificada do Relator, foi designada Relatora ad hoc a Conselheira Marta Alves da Silva. 80 A Promotora de Justiça interessada, nos termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014, apresentou resumo de sua Dissertação. Ao final, os Conselheiros elogiaram o trabalho desenvolvido 81 82 e a Relatora ad hoc fez leitura do voto. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou 83 o voto da Relatora ad hoc pela aprovação final do Procedimento, determinando seu arquivamento, 84 após a juntada do diploma do curso e entrega do exemplar da dissertação na Biblioteca do MPDFT, em conformidade com o prazo regimental e termos dispostos no art. 10, VIII e IX, da Resolução 85 CSMPDFT nº 71/06. 2. Processo nº 08191.084164/2018-21. Interessado: Promotor de Justiça 86 87 Adjunto Rodrigo de Oliveira Machado. Assunto: Afastamento para participar do curso de mestrado "Máster en Derecho Constitucional" oferecido pela Universidade de Sevilha. Título da dissertação: 88 Liberdade de expressão dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Relatora: 89 90 Conselheira Selma Leite Sauerbronn de Souza. Discussão: O Promotor de Justiça interessado, nos 91 termos do art. 39, da Resolução CSMPDFT nº 170/2014, apresentou resumo de sua Dissertação. Ao



92 final, os Conselheiros elogiaram o trabalho desenvolvido e a Relatora fez leitura do voto. Decisão: 93 O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto da Relatora pela aprovação final do 94 Procedimento, determinando seu arquivamento. III - ORDEM DO DIA. 1. Processo nº 95 08191.132697/2021-21. Interessada: Corregedoria-Geral do MDPFT. Assunto: Inquérito Administrativo Disciplinar. Relatora: Conselheira Maria Rosynete de Oliveira Lima. Decisão: 96 Processo retirado de pauta. 2. Atendendo pedido do Relator, a Presidente inverteu a pauta e chamou 97 98 a julgamento o **Processo nº 08191.094114/2022-38.** Interessada: Secretaria Executiva das Câmaras 99 de Coordenação e Revisão. Assunto: Designação de membro suplente para composição da 2^a 100 Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Criminal. Relator: Conselheiro Eduardo 101 Albuquerque. Discussão: Breve explanação pelo Relator. Decisão: O Conselho Superior, à 102 unanimidade, acompanhou o Relator pela indicação da Procuradora de Justica Margarida Maria 103 Cerqueira Café para compor, como membro suplente, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal, nos termos do voto. O Colegiado deliberou pela suspensão da sessão, e prosseguimento 104 da pauta no dia 18 de julho de 2022, segunda-feira, às 14h30. Para constar, eu, Antonio Ezequiel de 105 106 Araújo Neto, Secretário do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que segue assinada em 107 conjunto com a Presidente do Egrégio Conselho Superior em exercício.

ARINDA FERNANDES

Presidente do Conselho Superior em exercício Procuradora de Justiça ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO

Secretário do CSMPDFT Procurador de Justiça Assinado por:

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO NETO - SCS em 04/10/2022. ARINDA FERNANDES - CR2 em 05/10/2022.

.



ATA DA 314° SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS SEGUNDA PARTE

1 Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, às quatorze horas e trinta minutos, na 2 Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, teve 3 continuação a 314ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, iniciada no dia 15 de julho de 2022, sob a condução da Vice-Presidente do Conselho Superior, Arinda Fernandes. Estiveram presentes os 4 5 Conselheiros Arinda Fernandes, Antonio Ezequiel de Araújo Neto, Maria Rosynete de Oliveira 6 Lima, Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza e Mauro Faria de Lima e, por plataforma 7 de videoconferência, os Conselheiros Eduardo José Oliveira de Albuquerque, Marta Alves da Silva 8 e Antônio Marcos Dezan. Ausente justificadamente o Conselheiro Maurício Silva Miranda e o 9 Corregedor-Geral do MPDFT, José Valdenor Queiroz Junior. I - ORDEM DO DIA. 1. Processo nº **08191.162371/2021-29.** Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: *Proposta de alteração* 10 da Resolução nº 270/2021, que dispõe sobre o Núcleo Especial de Combate aos Crimes 11 12 Cibernéticos (NCyber). Relator: Conselheiro Eduardo Albuquerque. Discussão: Após explanação do Relator, seguiu-se amplo debate pelo Colegiado. O Chefe de Gabinete substituto da 13 Procuradoria-Geral de Justica, Promotor de Justica André Luiz Cappi Pereira, usou da palavra para 14 prestar esclarecimentos. A Presidente do Conselho Superior, Fabiana Costa Oliveira Barreto, 15 16 assumiu a presidência da sessão. O Relator informou que apresentará voto atualizado, acolhendo as 17 sugestões formuladas em sessão pelos Conselheiros Antonio Ezequiel de Araujo Neto e Marta Alves da Silva. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela 18 19 alteração da Resolução nº 270/2021, com as sugestões dos Conselheiros Antonio Ezequiel de 20 Araujo Neto e Marta Alves da Silva, nos termos do voto. 2. Processo nº 08191.073540/2022-38. Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Proposta de Resolução destinada instituir os 21 22 ofícios especiais e de administração do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Relator: Conselheiro Antonio Marcos Dezan. Discussão: Leitura de voto pelo Relator. Decisão: O 23 24 Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pela aprovação da Proposta de 25 Resolução que institui os ofícios especiais e de administração no âmbito do MDPFT, nos termos do voto. 3. Processo nº 08191.094035/2022-27. Interessadas: Secretaria de Gestão de Pessoas e Chefia 26 de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: Promoção de membro, por antiguidade, ao 27 cargo de Promotor de Justica da carreira do MDPFT. Relatora: Conselheira Arinda Fernandes. 28 29 Discussão: Breve explanação pela Relatora. Decisão: O Conselho Superior, acolhendo à 30 unanimidade o voto da Relatora, decidiu pela promoção, por antiguidade, do Promotor de Justiça 31 Adjunto Gabriel Mendes Camargos ao cargo de Promotor de Justiça da carreira do MPDFT, em vaga decorrente da aposentadoria da Promotora de Justiça Denise Rivas de Almeida Fischer. 4. 32 33 Processo nº 08191.114292/2021-10. Interessado: Promotor de Justiça Rodrigo de Abreu Fudoli. 34 Assunto: Requerimento de autorização para permanecer em teletrabalho durante o afastamento para estudos. Relator: Conselheiro Maurício Silva Miranda. Discussão: Em razão da ausência 35 justificada do Relator, foi designada Relatora ad hoc a Conselheira Marta Alves da Silva, que fez a 36 37 leitura do voto. Decisão: O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o Relator pelo 38 deferimento do requerimento de teletrabalho durante o período do afastamento para estudos, nos termos do voto. II - MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS. O Secretário e Conselheiro 39 40 Antonio Ezequiel de Araujo Neto trouxe ao conhecimento do Colegiado questionamento acerca do 41 Processo nº 08191.097736/2019-12. Interessada: Promotora de Justiça Gabriela Gonzalez Pinto. 42 Assunto: Afastamento de longa duração para frequentar curso de mestrado na Universidade Pablo 43 Olavide, em Sevilha/Espanha. O Secretário informou que expirou o prazo para juntada do



- documento de outorga do título pela interessada (art. 10, inciso VIII, da Resolução CSMDPFT nº
- 45 71/2006). O Conselho Superior, por unanimidade, acolheu proposição do Conselheiro Antonio
- 46 Ezequiel no sentido do sobrestamento do feito, até que a universidade respectiva conceda o diploma
- 47 à Promotora de Justiça interessada. Encerrada a sessão, foi designado o dia 26 de agosto de 2022,
- 48 sexta-feira, às 14h30, para a próxima sessão ordinária do Colegiado. Para constar, eu, Antonio
- 49 Ezequiel de Araújo Neto, Secretário do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que segue assinada
- 50 em conjunto com a Presidente do Egrégio Conselho Superior.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

ANTONIO EZEQUIEL DE A. NETO

Secretário do CSMPDFT Procurador de Justiça

Presidente do Conselho Superior Procuradora-Geral de Justiça Assinado por:

ANTONIO EZEQUIEL DE ARAUJO NETO - SCS em 04/10/2022. FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO - Precon/PGJ em 05/10/2022.

.